



Diplomacia jurídica com olhos voltados à África

Realizado em Roma um curso de formação para juristas provenientes de 17 países do continente africano. Recepcionados pelo Unidroit - International Institute for the Unification of Private Law, uma organização fundada em 1926, a qual reúne 65 (sessenta e cinco) países atualmente.

Receber, bem como dar, aprender e ao mesmo tempo ensinar, e em todo o caso contribuir para um caminho comum que diz respeito a todos - é este o apelo de Makane Moise Mbengue, professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade de Genebra. O Professor Mbengue que é de origem senegalesa e possui uma visão global proferiu o discurso de abertura da segunda edição do International Programme for Law and Development (IPLD), um curso de formação especializada que contou este ano com a participação de 22 juristas de 17 países africanos. "Temos que ser 'rulemakers' e não apenas 'ruletakers'", declarou o Professor Mbengue de Genebra, via videocall, discordando de qualquer abordagem de cooperação que não seja recíproca.

Os participantes estiveram presentes no Programa Internacional durante os meses de junho e julho, pelo período de três semanas, onde foram abordados diversos temas, por meio de apresentações e questionamentos, organizados pelo UNIDROIT, havendo apenas quatro países africanos entre os seus atuais 65 (sessenta e cinco) Estados Membros. De acordo com o Professor Mbengue, a participação de um maior número de Estados-Membros, dentre os países subsarianos poderia levar ao desenvolvimento de sistemas jurídicos mais transparentes e confiáveis, com um impacto positivo nos investimentos.



A sede do Unidroit na Via Panisperna em Roma. © UNIDROIT.

De acordo com Marco Giungi, Chefe da Unidade de Estratégia Multilateral Global de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália, a harmonização do quadro jurídico ajuda a "prevenir problemas" e "garante condições de equidade e igualdade entre as partes". O Embaixador Giungi também proferiu o teor da mensagem do Vice-Ministro Edmondo Cirielli, mencionando o "Plano Mattei" que o Governo italiano pretende apresentar durante a quarta Conferência Itália-África, no outono, ressaltando que tudo o que acontece no continente africano tem consequências diretas na Europa e vice-versa.

Outro aspecto enfatizado por diversos embaixadores, dentre os 20 (vinte) presentes na cerimônia de abertura do IPLD foi o impacto do direito unificado sobre os investimentos: De fato, "a unificação do direito internacional é importante especialmente para os investimentos", afirmou S.E. Naser Al Belooshi, Embaixador do Reino do Bahrein na Itália. Os cursos do Programa Internacional de Direito e Desenvolvimento são organizados e coordenados por Marco Nicoli, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália, patrocinados pela Agência Italiana de Cooperação e Desenvolvimento (AICS).

Maria Chiara Malaguti, Professora de Direito Internacional na Universidade Católica Sacro Cuore e Presidente do UNIDROIT, esclareceu os objetivos do IPLD dizendo: "selecionamos a África para um programa de 'mestrado' dirigido não a jovens que acabaram de terminar os seus estudos, mas a pessoas que já trabalham na administração pública". Os participantes deram início via online a um módulo de duas semanas, antes de se deslocarem à sede do UNIDROIT para o módulo presencial de três semanas. A Presidente Malaguti continuou: "Queremos sensibilizar o continente africano sobre a possibilidade da uniformização do direito, com instrumentos jurídicos semelhantes: o objetivo não é torná-los todos iguais nem padronizados, mas modernizar as leis e torná-las mais compatíveis e interligadas". A Presidente Malaguti abordou também inovação, startups, novas tecnologias e o rápido crescimento, salientando que a grande inspiração provém da África e que é necessária uma cooperação internacional para proporcionar possibilidades de financiamento e implementação.



Uma sessão da última lição presencial na UNIDROIT. © Vincenzo Giardina

De fato, os participantes concordaram com este aspecto. Devisha Vythelingum, advogada em Mauritius, observou: "Infelizmente, o meu país ainda não é membro do UNIDROIT, mas quando regressar a Port Louis buscarei dividir esta experiência, na medida do possível, para fomentar a adesão do meu país". Mohamed Dielo, Vice-Presidente do Tribunal Superior de Ouahigouya (Burkina Faso), acrescentou: "É difícil exercer a advocacia porque, em alguns casos, a legislação nacional não é clara", mas os Princípios do UNIDROIT, por exemplo, "podem ser um ponto de referência útil".

O juiz Eduard Derek Wille, juiz permanente do Supremo Tribunal da África do Sul, regressou a Roma depois de ter participado na primeira edição do programa, no ano passado: "O nosso país tem uma Constituição magnífica mas, como todos sabemos, o problema é a sua aplicação. Os artigos 232 e 233 da referida Constituição permitem, ou melhor, exigem que os juízes apliquem os princípios internacionais em áreas não reguladas pela legislação nacional ou nas quais esta legislação nacional seja insuficiente". Desta forma, os instrumentos do UNIDROIT estão disponíveis para todos. Segundo Wille, "outros países africanos, como o Quênia, prevêm esta mesma possibilidade na sua Constituição".

Em suma, o juiz Wille declarou o seguinte: "A minha mensagem aos magistrados, advogados, juízes e redatores de textos legislativos que têm dificuldades no seu trabalho é que há soluções: há uma ponte que lhes permite ultrapassar águas perigosas, porque os Princípios UNIDROIT podem ser aplicados".

Translation kindly provided by Maria Cristina Cristofolletti Nitaques
Tradução gentilmente cedida por Maria Cristina Cristofolletti Nitaques